



## Ensino e Agricultura Familiar: Desafios da Relação a Partir da Realidade do Município de Itati/RS

*Teaching and Family Farming: Challenges of the relationship from the reality of the municipality of Itati/RS*

**Solane Trisch König<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-2083-0541](https://orcid.org/0000-0002-2083-0541)  
sol05adm@hotmail.com

**Jaqueline Mallmann**

**Haas<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-9742-7761](https://orcid.org/0000-0001-9742-7761)  
jaquelinehaas@ufrgs.br

**Anelise Graciele**

**Rambo<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-9974-9844](https://orcid.org/0000-0001-9974-9844)  
anelise.rambo@ufrgs.br

**Janete Stofell<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0003-0689-0414](https://orcid.org/0000-0003-0689-0414)  
janete.stoffel@gmail.com

**Recebido em:** 23/06/2022

**Aprovado em:** 19/10/2022.

**Publicado em:** 09/06/2023.

**Resumo:** O presente artigo busca auxiliar na compreensão de como está ocorrendo o processo de sucessão na agricultura familiar na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Objetiva-se, especificamente, identificar e analisar a relação da educação do Ensino Médio Politécnico do município de Itati com as perspectivas profissionais dos jovens rurais locais e seus interesses quanto à sucessão ou não dos pais nas Unidades Produtivas Familiares (UPFs). Metodologicamente, utilizou-se um estudo de caso, incluindo uma pesquisa exploratória e descritiva. Nesse sentido, os resultados enfatizam que uma parcela significativa dos alunos vinculados às escolas rurais admite que a introdução de conteúdos voltados às temáticas da agricultura familiar e do desenvolvimento rural iria colaborar na formação das suas perspectivas de estudar e permanecer no espaço rural. Por fim, identificou-se que a educação para o campo se constrói no próprio campo, e o projeto político da educação precisa ser construído com as novas relações entre os sujeitos da educação e os seus conhecimentos e saberes e por novos pactos entre Estado, escola e sociedade.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Jovens. Litoral Norte. Rio Grande do Sul.

**Abstract:** This article seeks to assist in the understanding of how the succession process is occurring in family farming in the North Coast region of Rio Grande do Sul. Aiming specifically to identify and analyze the relationship between polytechnic high school education in the municipality of Itati, with the professional perspectives of local rural youth and their interests in the succession or not of parents in the Family Productive Units - UPFs. Methodologically, a case study was used, including an exploratory and descriptive research. In this sense, the results emphasize that a significant portion of the students, linked to rural schools, admit that the introduction of contents focused on the themes of family farming and rural development would collaborate in the formation of their perspectives to study, and remain in the rural space. Finally, it was identified that education for the countryside is built in the countryside itself, and the political project of education needs to be built with the new relationships between the subjects of education and their knowledge and knowledge and new pacts between the State, School and Society.

**Keywords:** Countryside education. Young people. Litoral Norte. Rio Grande do Sul.

### Introdução

A agricultura familiar, a partir do início da década de 1990, tem sido reconhecida pela sua importância social, econômica e cultural para o desenvolvimento rural brasileiro (Schneider e Cassol 2017). Isso não quer dizer que ela tenha surgido nesse período, pois, conforme é apresentado por Stoffel (2013), ela é naturalmente vinculada aos aspectos de ocupação



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Tramandai, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Laranjeiras do Sul, PR, Brasil.

e de formação histórica dos territórios do Sul do país, iniciadas por sua vez, pelos povos açorianos, negros e, posteriormente, por imigrantes alemães e italianos. Esse movimento trouxe como características específicas o formato camponês, em que a força de trabalho advém da família, assim como a administração da produção, efetivada pelos próprios produtores e com o auxílio dos demais integrantes do grupo familiar.

Atualmente, de acordo com a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil 2006), a agricultura familiar é caracterizada pelo agricultor e pelas características dos meios de produção por ele utilizadas; entre aquelas apresentadas no art. 3º da lei, destaca-se: i) possuidor de uma área de terras até quatro módulos fiscais; ii) a mão de obra utilizada no seu estabelecimento ou empreendimento agrícola deve ser realizada somente pela própria família; iii) uma mínima parte da renda familiar deve ter origem nas atividades econômicas do próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) a gestão do estabelecimento ou empreendimento é realizada pelos integrantes da própria família. Historicamente, o sistema brasileiro de ensino é marcado pela valorização excessiva do meio urbano em detrimento do meio rural. Nesse cenário, muito se discute sobre as possibilidades, ou não, de permanência do jovem no campo, havendo, para tanto, larga produção acadêmica (Caldart 2012; Castro 2013; Molina 2010).

A partir de tal perspectiva, realizou-se o presente trabalho no período de março a dezembro de 2018, objetivando identificar e analisar a relação da educação do Ensino Médio Politécnico do município de Itati, Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com as perspectivas profissionais dos jovens rurais locais quanto à agricultura familiar e a seus interesses relativos à sucessão ou não dos pais nas Unidades Produtivas Familiares (UPFs). Metodologicamente, utilizou-se um estudo de caso, incluindo uma pesquisa exploratória e descritiva. Os dados foram obtidos de fontes primárias e secundárias, por meio de entrevistas semiestruturadas e fontes bibliográficas. Os dados que aqui se objetiva debater são aque-

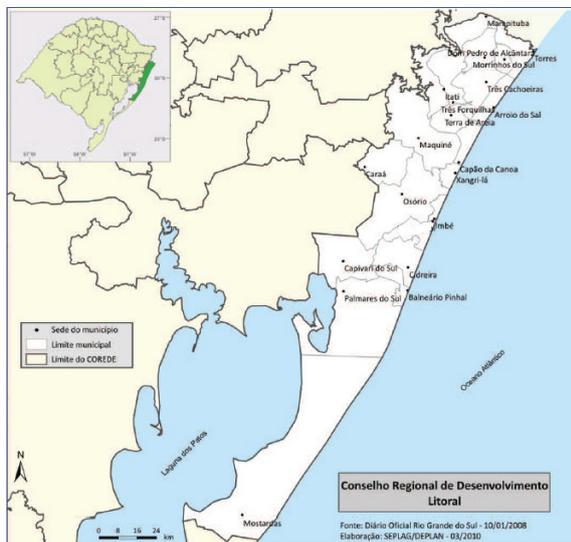
les obtidos com os alunos do segundo ano do Ensino Médio da Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Pastor Voges; ao total, foram entrevistados 21 alunos, de um universo de 71 estudantes matriculados.

O espaço do Litoral Norte do Rio Grande do Sul é de difícil caracterização, pois apresenta-se vasto e múltiplo. Trata-se de uma região litorânea, mas que não se resume apenas à praia, porque também há campo. Uma região movida economicamente pelo turismo litorâneo de veraneio, mas que, social e ambientalmente, tem uma realidade muito mais diversa. Não é somente urbano ou rural, mas uma acumulação de diversos ambientes, biomas, relevos e ecossistemas, apresentando-se social, cultural e ambientalmente diversificado.

Localizado geograficamente no vale de Três Forquilhas, Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, o município de Itati tinha, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2020), uma população de 2.441 habitantes no ano de 2018, da qual 8,06% era urbana e 91,94% era rural, demonstrando, assim, a importância do meio rural na realidade do município. Como atividade econômica predominante, destaca-se a produção agropecuária, que ocupa 56,55% do valor adicionado, conforme dados do IBGE (2017).

Faz-se importante destacar que Itati está localizado na denominada região Litoral Norte do Rio Grande do Sul, conforme Figura 1, região que, de modo geral, é caracterizada por uma sazonalidade em seus processos de ocupação e em suas dinâmicas populacionais. Como cada município é composto de características distintas, culminou-se em uma região bastante heterogênea, abrangendo cidades litorâneas – que servem de atrativo turístico para o estado – e cidades com traços mais rurais, ou seja, com uma presença mais intensa de atividades rurais. Atualmente, a região concentra, aproximadamente, 296.083 habitantes, o que representa 2,8% da população do estado do Rio Grande do Sul, onde 86% da população vive nas áreas urbanas e 14% nas áreas rurais (Haas e Bolter 2019).

**Figura 1.** Localização do município de Itati no COREDE Litoral



**Fonte:** Adaptado de Rio Grande do Sul (2015).

## Um rápido panorama da agricultura familiar

No Brasil, questões como permanência, reprodução da profissão de agricultor e continuidade das unidades produtivas da agricultura familiar vêm emergindo significativamente nas agendas do Estado, das entidades representativas e das famílias estabelecidas em zonas rurais, como preocupações recorrentes e de desenvolvimento dessa categoria, dada a importância social e econômica que o segmento exerce.

Para Spanevello (2008) e Laurenzi (2015), esse expressivo interesse pelas temáticas da agricultura familiar compreende a importância econômica que o setor representa para a produção de alimentos, a promoção da reprodução social, a formação de empregos, a proteção ao meio ambiente e ao seu desenvolvimento. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO<sup>3</sup>) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mais de 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasilei-

ros pertence a grupos familiares, e, segundo o IBGE (2006), o segmento é base econômica em mais de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, esses locais ocupam uma área de 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da totalidade do território do país.

Contribuições de autores como Guilhoto e Sesso Filho (2005), Guilhoto et al. (2006) e Stoffel (2013) situam a agricultura familiar junto aos contextos da agropecuária e do agronegócio<sup>4</sup> do país, considerando a relevância que esse segmento representa para a produção primária e a economia brasileira. De acordo com Guilhoto et al. (2006), essa categoria familiar e as cadeias produtivas a ela integradas responderam, somente no ano de 2003, por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que equivale a R\$ 157 bilhões em valores financeiros daquele ano. O conjunto do agronegócio nacional, nesse mesmo período, foi responsável por 30,6% do PIB. Aponta-se, desse modo, que a participação da agricultura familiar equivale a 1/3 da produção do agronegócio do país.

Sobre a relevância da agricultura familiar junto ao setor agropecuário brasileiro, constata-se, a partir de Schneider e Cassol (2017), França, Del Grossi e Azevedo (2009) e Stoffel (2013), que o Valor Bruto Produzido (VPB) dessa categoria social, somente no ano de 2006, representou 38% do total produzido pelo setor, o que equivale a R\$ 54 bilhões do montante de R\$ 143 bilhões que o agro produziu naquele ano. Portanto, trata-se de um segmento social e econômico de suma importância para a sociedade rural e urbana do país.

Associada a essa importância econômica, se faz necessário considerar a extensão territorial brasileira e a sua diversidade socioambiental e cultural, as quais compõem a história dos territórios do país, em especial os rurais, de modo que as peculiaridades desses aspectos históricos têm influenciado na formação de diferentes processos locais, assim como exercido influência

<sup>3</sup> Do inglês *Food and Agriculture Organization of the United Nations*.

<sup>4</sup> Destacando que não há consenso na academia sobre a integração da agricultura familiar com o agronegócio.

sobre os espaços regionais. Igualmente, nota-se que essa categoria social e produtiva compreendida pela agricultura familiar é heterogênea e diversificada, o que permite presumir por que algumas práticas e dinâmicas sociais, econômicas e ambientais podem ser encontradas em determinados contextos, e não em outros.

Nesse sentido, é possível compreender que as formas adotadas com a ocupação dos territórios, o desenvolvimento econômico, a organização social e as características locais se deram de forma distinta, o que permitiu a formação de grupos de municípios, seguida de uma divisão entre si, formando especificamente regiões; isso explica algumas das razões pelas quais os territórios rurais brasileiros têm características tão heterogêneas e diversificadas.

A percepção do rural e de seu papel complementar ao urbano vai, então, além da simples produção de alimento ou de divisas pelo setor agrícola. O planejamento de políticas voltadas ao rural torna-se uma tarefa de grande complexidade, sem um receituário pronto, sendo necessário conhecer as características, dinâmicas e especificidades das áreas rurais.

No caso do Rio Grande do Sul, observa-se que o seu território possui diferentes particularidades, desde as paisagens, clima, relevo até os aspectos sociais, econômicos e culturais. De acordo com o IBGE (2020), o estado gaúcho tem 497 municípios. Politicamente, estão alocados de forma regionalizada e organizados em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs).

O estado tem, na agricultura e na pecuária, os principais componentes de seu setor primário, o que lhe garante um amplo mercado para muitas iniciativas.

Segundo a Feix e Leusin (2019), o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária do estado gaúcho contribuiu, no ano de 2016, com 11,8% do total da produção agropecuária brasileira, o que lhe garantiu, no respectivo ano, a ocupação da primeira posição no *ranking* nacional.

Nos dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, emitidos pelo IBGE (2017), aponta-se que, no Rio Grande do Sul, existem 365.052 es-

tabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área de 21,7 milhões de hectares do seu território. Desse número de estabelecimentos, 42,2% são ocupados por pastagens e 36,2% por lavouras temporárias e permanentes. Os 21,6% restantes se distribuem em estabelecimentos como matas e ou florestas naturais (11,6%), matas e/ou florestas –florestas plantadas (4,2%) e outros usos (5,7%) (IBGE 2017).

Todavia, conforme Feix e Leusin (2019), no Rio Grande do Sul, a estrutura fundiária é entendida como o modo de distribuição e organização das propriedades agrárias, podendo variar significativamente em termos regionais. Nesse sentido, os mesmos autores informam que 60% dos estabelecimentos agrícolas do estado gaúcho possuem menos de 20 hectares. Assim, essa categoria está presente em todo o território do Rio Grande do Sul.

Desse modo, indo ao encontro da delimitação do estudo, o Litoral Norte é um dos segmentos de zona costeira do estado. Caracteriza-se pela sequência de ambientes longitudinais que se estendem até as bordas dos terrenos do Planalto Meridional. Sobre a área de interfaces com o Oceano Atlântico, identificando-se por uma planície sedimentar costeira, formada por dunas, seguida por cordão de lagoas litorâneas que se estendem até o contato com a escarpa do Planalto Meridional, esculpidas pelos vales dos rios Maquiné e Três Forquilhas (Farion, Fujimoto e Strohaecker 2005).

Localizado a aproximadamente 100 km da capital gaúcha e da região metropolitana, o Litoral Norte, por abranger um conjunto de balneários e praias, tem sua identidade reconhecida e consolidada apenas pelo turismo de veraneio. No entanto, seu território evidencia, por meio das características histórico-geográficas, que, além dessa propensão turística, há uma vasta diversidade ambiental, econômica, social e cultural ainda desconhecida.

De acordo com os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário 2017, organizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio Grande do Sul (EMATER/

RS) ao corpo diretivo do COREDE Litoral Norte, constata-se que o território rural dessa região está compreendido em 7.146 estabelecimentos agropecuários. Desse total, 5.661 unidades de produção têm como base social, produtiva e econômica o modelo familiar. Ou seja, 79,22% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar; essa categoria é responsável por manter, em seu núcleo, 12.022 pessoas ocupadas com a produção agrícola, demonstrando a sua importância e relevância para os contextos sociais, ambientais e econômicos da região.

Igualmente, os estudos do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA), citados por Coelho-de-Souza, Peruchi e Kubo (2013), apontam que, no rural desse território, encontra-se uma população culturalmente diversa, incluindo a existência de 4 territórios quilombolas, 8 territórios de pesca artesanal e 6 territórios guaranis. Quanto às características socioambientais e de produção agrícola, é possível encontrar projetos desenvolvidos por ONGs, na modalidade de parceria com os agricultores familiares, em processos de transição para novos estilos agrícolas.

Nesse sentido, conforme Strohaecker (2007), o Litoral Norte do Rio Grande do Sul é rico em diversidades, o que pode ser avaliado por várias dimensões. Com isso, a partir da perspectiva social e econômica que essa autora descreve, percebe-se que os municípios da região podem ser classificados em quatro grupos distintos, porém com perfis semelhantes: i) municípios urbanos permanentes; ii) municípios urbanos para fins de segunda residência; iii) municípios urbanos com população permanente ocupada em atividades agroindustriais; e iv) municípios rurais.

### Aspectos da continuidade e reprodução da agricultura familiar

Estudos sobre o desenvolvimento rural brasileiro, como os de Abramovay (1992), Wanderley (2001), Damasceno e Beserra (2004), Teixeira (2005), Conterato (2008), Pandolfo (2012), Schneider e Cassol (2017), apontam que as influências do capitalismo, com os processos de modernização<sup>5</sup> da agricultura brasileira, têm provocado mudanças significativas nas estruturas produtivas e contribuído para o surgimento de muitas temáticas na agricultura familiar, entre elas aspectos relacionados à reprodução.

Atualmente, questões como permanência, reprodução da profissão de agricultor e continuidade das unidades produtivas na agricultura familiar vem emergindo significativamente entre as famílias agrícolas brasileiras, e muitas pesquisas no âmbito acadêmico e em diferentes áreas têm demonstrado interesse de compreender melhor a recusa dos filhos em permanecer no espaço rural e a negação dos jovens em exercer o trabalho agrícola, conforme explanado por Matte, Spanevello e Azevedo (2009). Desse modo, os autores explicam que muitas razões sociais e econômicas têm contribuído para o desejo dos jovens de sair do ambiente rural e de não optarem por reproduzir o trabalho dos pais.

Para estudiosos como Matte, Spanevello e Azevedo (2009) e Pandolfo (2012), fatores de atração das zonas urbanas são alguns dos determinantes que levam o jovem rural a migrar para os espaços urbanos. Alguns desses fatores são: acesso à educação; acesso ao trabalho formal; oportunidade de formação de renda e jornada fixa de trabalho; diversidade de acesso a informação e comunicação, como internet e televisão; e a diversidade de opções em cultura e lazer.

Além desses fatores, há os aspectos próprios da agricultura e do espaço rural, como Matte, Spanevello e Azevedo (2009) e Pandolfo (2012) mencionam: longas jornadas de trabalho; aproximação e contatos com agrotóxicos e longo tempo de exposição às condições climáticas; desvalorização do trabalho feminino e a falta da perspectiva da mulher nos aspectos de herdar terras e o trabalho agrícola; ausência de férias

Além desses fatores, há os aspectos próprios da agricultura e do espaço rural, como Matte, Spanevello e Azevedo (2009) e Pandolfo (2012) mencionam: longas jornadas de trabalho; aproximação e contatos com agrotóxicos e longo tempo de exposição às condições climáticas; desvalorização do trabalho feminino e a falta da perspectiva da mulher nos aspectos de herdar terras e o trabalho agrícola; ausência de férias

<sup>5</sup> Segundo Teixeira (2005), a modernização da agricultura brasileira tem origem na década de 1950, com as importações dos meios de produção mais avançados, pretendendo modificar o modelo de agricultura tradicional (dependente da natureza e do uso de técnicas rudimentares) para o modelo mecanizado (com uso de equipamentos, técnicas modernizadas e utilização de insumos modernos), que permitisse a elevação da produtividade e dos rendimentos.

e descanso semanal como determinantes que influenciam os jovens na desistência de permanecer no ambiente rural e na recusa aos trabalhos agrícolas.

Na sequência, a partir de Spanevello (2008), acrescenta-se a questão de que a reprodução da agricultura familiar consiste na centralização do ingresso de indivíduos na profissão agrícola apenas por aqueles de origem rural, uma vez que a atividade agrícola é especificamente exercida pela família e raramente outros indivíduos são agregados, diminuindo, assim, as chances de continuidade dos trabalhos e da própria categoria.

Tal questão se explica, segundo Spanevello (2008), pelo fato de que a família inicia e exerce o processo de socialização do jovem no trabalho de produção agrícola e nas lidas do campo. Já os estudos de Pandolfo (2012) acrescentam que, além da família, há necessidade de conhecer as perspectivas dos jovens e a importância de outros agentes sobre os processos de socialização dos mais novos, como a escola, que também é responsável pela socialização dos indivíduos.

Especificamente quando voltamos nossa análise para o jovem rural, percebe-se que ele, em certa medida, se vê estigmatizado diante da aproximação entre o mundo rural e o urbano. Ser ou parecer rural é ser diferente do padrão social, e, assim, logo entramos em uma seara de diversidade e heterogeneidade de uma categoria.

Uma educação diferenciada voltada para o campo, especificamente, tem se constituído como uma das estratégias passíveis de serem utilizadas na busca por transformações no campo brasileiro, pois o resgata não só como espaço de produção, mas também como território de relações sociais, culturais e de fortes laços com a natureza. Entretanto, para além, busca a formação de sujeitos críticos, vinculados com as causas, a história e a cultura do seu espaço, pois, atualmente, diversos estudos indicam que os processos que promovem a aprendizagem são aqueles relacionados às interações que se estabelecem no cotidiano (Tauceda e Pino 2014).

## O ensino para o rural

Constata-se, por meio de estudos da educação do campo/rural, a existência de lacunas no conhecimento e no âmbito do desenvolvimento rural acerca do processo de socialização do jovem agricultor familiar, tendo logo influências na formação das projeções profissionais da juventude rural (Kummer e Colognese 2000). Além disso, como argumentam Ferreira e Alves (2009), o ensino rural "padece de qualidade" e demonstra muitas carências, como de estrutura, de materiais e de equipamentos.

Nesse sentido, acredita-se que a escola é fundamental na formação dos jovens, no sentido de abarcar, de maneira efetiva, toda a complexidade da realidade a que essa categoria está relacionada. Segundo Pandolfo (2012), a escola juntamente com a família se constitui como uma das principais instâncias promotoras do desenvolvimento individual e coletivo, pois a escola é um espaço onde o aluno recebe formação e informação, desenvolvendo suas capacidades de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos culturais e sociais.

No entanto, o que se verifica, a partir de estudos efetuados por Damasceno e Beserra (2004), Machado (2009) e Castro et al. (2013), é que há um descompasso no ensino das escolas do campo em relação aos interesses da população rural. Dever-se-ia propiciar formas de aprender a pensar sobre a educação que interessa ao cidadão rural como ser humano, sujeito de diferentes culturas, classe trabalhadora do campo, sujeito das transformações.

No processo da sucessão rural, a educação também deve ser levada em conta. Para Pozzebon (2015), o Brasil ainda não valoriza adequadamente a educação do/no campo, pois, além dos processos de extinção e nucleação de escolas rurais, o "conteúdo" trabalhado nas escolas é "urbanocêntrico". Isso significa que ele tende a desvalorizar o conhecimento tradicional e a centralizar a cultura urbana e o "estudo" em si como alternativa às dificuldades e precariedades do mundo rural. Como cita Pozzebon (2015, 23), são comuns as falas "quero que meu filho

estude para ser alguém na vida" ou "estude que a caneta é mais leve que a enxada", remetendo à ideia de que o processo de escolarização é melhor que o processo de socialização por meio do trabalho, preconizado nas escolas do campo com base na pedagogia da alternância. Esse entendimento é compartilhado por Spanevello (2008, 55), para quem:

a escola acaba por desvalorizar os saberes antigos e os modos de transmissão, modificando a relação dos filhos com o trabalho manual, assim como provoca a divisão do trabalho de educação entre a família e a instituição escolar. [...] Os filhos vão percebendo e internalizando as comparações entre os modos de vida rural e urbano, acionando um comparativo entre os dois mundos ou modos de vida, podendo ocasionar uma visão majoritariamente negativa da condição agrícola. Nesse caso, os filhos, podem querer ou não reproduzir a ocupação dos pais, podendo optar pela saída do meio rural ao perceberem as ocupações urbanas como melhores e mais bem remuneradas, quando comparadas com a agricultura.

A escolarização influi, portanto, nas perspectivas de reprodução da atividade agrícola, uma vez que aproxima os jovens rurais a um universo particularmente voltado ao meio urbano, a atividades e a expectativas do cotidiano das cidades. Os valores sobrepostos na escola e sua ideologia, de maneira geral, são urbanos: "mais do que prepará-los para um retorno ao campo, à educação oferecida nos centros urbanos raramente privilegia aspectos que possam ser transpostos ou que valorizem a realidade rural" (Ferreira e Alves 2009, 247).

Inicialmente, o que explica esse desalinhamento pode-se atribuir ao que Damasceno e Beserra (2004) chamam de crise de identidade do espaço rural. Segundo os autores, uma das razões que levam a essa crise pode estar vinculada às dificuldades acadêmicas de conceituar a agricultura familiar, a qual nasceu a partir dos anos 90 como fruto das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, constituindo-se com uma enorme heterogeneidade e diversidade econômica e sendo muito diferente daquelas vigentes nos períodos de 1950 a 1970. Ademais, os propósitos educacionais rurais ainda presentes permanecem estruturados e instituídos quanto

ao desenvolvimento do país daquela época.

Constata-se, também, com auxílios de Damasceno e Beserra (2004), que a educação rural, em especial a do campo<sup>6</sup>, é ainda um espaço muito marginalizado. Primeiro, porque a organização e o planejamento da escola do campo ainda permanecem estruturados sobre os aspectos curriculares urbanos e trazem uma grande alienação quanto ao conhecimento sobre os aspectos físicos em que está inserida e sobre suas clientela.

Em um segundo ponto de análise, conforme Foguesatto et al. (2016), a educação do campo ainda é muito carente de pesquisas; constata-se a inexistência de estudos voltados para uma educação na agricultura familiar. O que há são estudos sobre educação do/no campo adaptados à realidade dos pequenos produtores.

Além disso, a educação do campo, nascida<sup>7</sup> da participação efetiva dos movimentos sociais dos anos 90, objetivava contrapor as aspirações da educação rural, cujo modelo era assistencial, e não de formação da população. No entanto, desde a implantação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, de 1996, o modelo de escola voltado para a população do campo ainda não foi colocado em prática, deixando de atender a uma grande camada social.

Porém, aprofundando as análises, verifica-se que o cenário é ainda mais grave, pois a organização da escola não se reconhece como instituição educacional do campo e o currículo e os saberes trabalhados no chão da sala de aula não se cruzam ou não se inter-relacionam

<sup>6</sup> A diferenciação entre a educação do campo e a histórica educação rural está no protagonismo "dos movimentos sociais do campo na negociação de políticas educacionais, postulando nova concepção de educação que incluisse suas cosmologias, lutas, territorialidades, concepções de natureza e família, arte, práticas de produção, bem como a organização social, o trabalho, dentre outros aspectos locais e regionais que compreendem as especificidades de um mundo rural" (Oliveira e Campos 2012, 239).

<sup>7</sup> "O surgimento da expressão 'Educação do Campo' pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília, de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004" (Caldart 2012, 260).

entre si ou com a vida dos alunos e das realidades externas da escola. Conforme Damasceno e Beserra (2004, 79): "É grande a distância entre currículo da escola rural e a vida da sua clientela, consequência evidente do desconhecimento das populações salvo pela educação que burocraticamente planeja".

Nesse sentido, compreende-se, em especial, que o não cruzamento dos saberes (saberes de escolarização X saberes de vida) pode acarretar o surgimento de dificuldades de socialização, como de identidade e de negação. Dessa maneira, Machado (2009, 194) afirma que as propostas curriculares têm se distanciado da realidade sociocultural dos agricultores familiares, contribuindo para os processos de "negação da condição de produtores rurais" e "influenciado a formação de ideologias de associação da agricultura familiar a questões como atraso social e econômico e de ambiente sem perspectivas profissionais".

Outro fator para se destacar são as percepções dadas pelos jovens rurais à educação. Segundo estudos sistematizados de Weisheimer (2009), a escolarização é vista pelos jovens da agricultura familiar do Rio Grande do Sul como um instrumento necessário apenas para a inserção no mercado de trabalho.

Os estudos de Weisheimer (2009) apontam que a maioria da população jovem rural do Rio Grande do Sul não tem intenção de retornar aos estudos. Já a variável que busca estudar idealiza um curso superior que lhe permita a inserção no mercado de trabalho não agrícola. Demonstra-se, assim, que a lógica das decisões dos jovens está atribuída ao que eles estabelecem como projeto de escolarização.

Assim, evidencia-se que a forma como ocorre a organização curricular nas escolas rurais deveria buscar o aprofundamento do saber escolar enquanto saber social produzido pelos próprios alunos e promover a amplitude das perspectivas dos jovens em relação à agricultura familiar. Finalmente, sobre currículos e saberes, acredita-se que a escola deve articular-se além dos deveres de garantir o acesso aos processos de escolarização e ao conhecimento produzi-

do pela humanidade e possibilitar ao aluno a aproximação dos saberes com seus próprios saberes, proporcionando a ele a compreensão identitária com o campo e com as práticas agrícolas, permitindo (re)construção das projeções de profissionalização e de vida dos jovens e a construção de um projeto de escola integrado para uma transformação social.

## Resultados e discussões

Aspectos sociais e econômicos do país têm contribuído para o desejo dos jovens de sair do ambiente rural e de não optarem por reproduzir o trabalho dos pais; entre eles, destacam-se os fatores de atração e aproximação das zonas urbanas, como acesso à educação, acesso ao trabalho formal, diversidade e oportunidades de formação profissional e jornada fixa de trabalho.

Além desses fatores e os que são característicos da agricultura familiar, há ainda os aspectos curriculares da educação do e no campo, uma vez que a escola é fundamental na formação dos jovens e, juntamente com a família, se constitui como uma das principais instâncias promotoras do desenvolvimento individual e coletivo de uma sociedade (Pandolfo 2012).

Especificamente, para destacar a relação e a importância do rural, do campo, na região do Litoral Norte, a partir de Tauceda et al. (2016), podemos verificar que o número total de escolas é 235, sendo destas 117 escolas rurais e 118 escolas urbanas. Segundo os autores, quando se observa o que se passa no interior das escolas, percebe-se que os conteúdos ministrados nas salas de aulas, muitas vezes, não são os mais adequados para proporcionar uma formação para a vida, ainda mais em se tratando do sujeito do campo.

Dessa forma, parte do foco do trabalho deu-se no sentido de identificar a existência de relação entre conteúdos curriculares e a agricultura familiar com a formação das perspectivas dos alunos rurais em estudar, trabalhar e morar no espaço rural do município de Itati/RS.

Tendo o município de Itati como nosso lócus de investigação, é importante destacar que, nos resultados do Censo Agropecuário de 2017,

o IBGE (2017) apontou a existência de 339 estabelecimentos agropecuários no município; em 2018, o órgão apontou a existência de uma escola de Ensino Infantil, três escolas de Ensino Fundamental e uma escola de Ensino Médio no perímetro do município, sendo todas públicas.

Anteriormente, no Censo Demográfico de 2010, segundo o IBGE (2010), a população jovem, abrangendo aqueles de idade entre 15 e 24 anos, representava 13,43% da população total do município, da qual 93,95% vivia na área urbana do município, e somente 6,05% na área rural. Ainda entre a população classificada como jovem, 54,76% era do sexo masculino e 45,24% do sexo feminino, sendo 63,11% classificados como economicamente ativos e 36,89% como não sendo economicamente ativos.

Outra informação importante diz respeito ao grau de escolaridade dessa população, da qual 33,14% foi classificada como sem instrução e/ou fundamental incompleto, outros 38,90% apresentavam Ensino Fundamental completo e Médio incompleto; 1,73% já dispunha de Ensino Superior completo; e, ainda, 25,65% classificados com Ensino Médio completo e Superior incompleto (IBGE 2010).

Especificamente no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE 2017), em todo o município de Itati, foi contabilizado apenas um estabelecimento agropecuário chefiado por jovens com menos de 25 anos de idade, em um universo de 339 estabelecimentos. Já em 2006, o Censo (IBGE 2006) apontava a existência de 9 estabelecimentos chefiados por jovens com menos de 25 anos, em um universo de 588 estabelecimentos rurais no município. Tal redução, significativa, de número de estabelecimentos chefiados por jovens precisa ser compreendido em diferentes âmbitos, mas, especificamente no presente trabalho, nosso olhar é pelo viés da educação, do ambiente escolar, como um dos locais que contribui para a decisão de permanecer ou não no ambiente rural.

Vale lembrar que a pesquisa teve como ambiente a Escola Estadual de Ensino Médio Pastor Voges, que, segundo seu histórico, teve sua

origem junto ao período imperial brasileiro, ao que, no ano de 1827, o governo imperial construiu ao Pastor Carlos Leopoldo Voges uma casa simples, destinada à religiosidade e que servia, concomitantemente, de escola e casa pastoral. Posteriormente, em 1964, sob a responsabilidade do governo do estado do Rio Grande do Sul, a escola é (re)criada e passa a ser denominada de Escola Rural Vila Itati. Em 25 de novembro de 1971, passa à nova e atual denominação de Escola Estadual de 1º Grau Pastor Voges, conforme Parecer n. 133/2008 (Rio Grande do Sul 2008) do governo do estado. Funcionando nos três turnos do dia (manhã, tarde e noite), nas modalidades do Ensino Fundamental de nove anos e Ensino Médio Politécnico, está localizada na área central da cidade, ou seja, na área urbana.

Ainda no ano da pesquisa, a Escola Estadual Pastor Voges apresentava 230 alunos matriculados e frequentes, dos quais 71 alunos estavam matriculados e frequentando o Ensino Médio e 160 alunos pertenciam ao Ensino Fundamental. A escola dispunha de um quadro de 31 professores, dos quais 21 se encontravam em regência de classe.

Com relação à população a ser investigada, delimitou-se que o aluno deveria estar na condição de morador do município de Itati, ter idade entre 15 e 25 anos e pertencer a um grupo familiar cujas atividades laborais e de renda viessem majoritariamente da agricultura familiar do município. Destacou-se que a participação era voluntária.

Optou-se por entrevistar tais jovens pela fase da vida em que se encontravam, ou seja, na maioria das vezes, é durante o Ensino Médio que ocorre a escolha da profissão e do rumo para o futuro. Especificamente entre as indagações realizadas aos alunos, os resultados da pesquisa apontam que 52,39% dos entrevistados afirmam que os conteúdos curriculares voltados às temáticas da agricultura familiar e do desenvolvimento rural iriam, sim, colaborar na formação das suas perspectivas de estudar, trabalhar na agricultura familiar e de permanecer no espaço rural. Por outro lado, 47,61% afirmam que, mesmo com

conteúdos voltados às temáticas da agricultura familiar, eles não contribuiriam para as perspectivas de estudar, trabalhar na agricultura e de permanecer no espaço rural do município de Itati.

Entre os entrevistados, é importante salientar que nenhum deles era o responsável pela propriedade rural; os que estavam no caminho de uma possível transição para suceder os pais eram meros coadjuvantes do processo, por isso ainda sem certa preferência por continuar no meio rural.

A pesquisa confirma que, tal como a educação do Ensino Médio Politécnico do município analisado, se apresenta inadequada a sua realidade, bem como confirma a discrepância existente entre o planejamento estatal e as expectativas da população beneficiária, inviabilizando, assim como outros fatores, a permanência do jovem nos espaços rurais e promovendo a desigualdade social.

Nesse processo, um elemento central é a formação de professores que vão atuar com sujeitos do campo, compreendendo que o campo é um espaço de vida, de relações sociais e, sobretudo, de sujeitos com identidade própria que têm o direito de participar da construção de seu projeto educacional. A educação é importante, entre outros motivos, para a formação de sujeitos mais críticos e protagonistas de um novo espaço, rompendo com condições de dependência e subordinação.

### Considerações finais

Como considerações finais, os resultados nos remetem ao fato de que a educação para o campo se constrói no próprio campo; o projeto político da educação precisa ser construído com as novas relações entre os sujeitos da educação e os seus conhecimentos e saberes e com novos pactos entre Estado, escola e sociedade.

Os dados apontando que uma parcela significativa dos alunos (52,39%) admite que a introdução de conteúdos voltados às temáticas da agricultura familiar e do desenvolvimento rural iria colaborar com a formação das suas perspectivas de estudar, trabalhar na agricultura familiar e permanecer no espaço rural são algumas das constatações das questões aqui abordadas.

Apresenta-se como uma possibilidade para gestores públicos e demais atores envolvidos com o tema e engajados no desenvolvimento rural considerar a inserção dos conteúdos nos componentes curriculares do Ensino Médio Politécnico local, de modo que seja possível auxiliar o educando na formação de suas perspectivas, promovendo a identidade dele com o espaço rural, com as atividades produtivas econômicas e sociais, servindo como uma ferramenta de incentivo à permanência do jovem no ambiente rural, bem como uma proposta para ampliar a autonomia e as possibilidades de escolhas profissionais.

O incentivo dos pais também é um fator identificado como relevante para a decisão de permanência ou não dos jovens no meio rural, pois, quando existem incentivo e oportunidades, muitos deles tendem a ficar na propriedade.

Acredita-se, com base nos dados aqui apresentados, que a tentativa de mostrar que o rural/campo não é meramente um local de produção, e sim de vida, faz com que por meio da educação, tanto os agricultores quanto os seus filhos não se sintam excluídos do processo de desenvolvimento. Para tanto, o ensino e a educação devem ser protagonistas de uma nova história, quiçá exigindo das escolas em que há sujeitos do campo horários de funcionamento e calendários diferenciados.

Por fim, salienta-se que não se tem a pretensão de esgotar as discussões sobre as temáticas relacionadas à juventude e ao ensino no meio rural. Por isso, considera-se importante o aprofundamento das análises que envolvam a reprodução social da agricultura familiar.

### Referências

Abramovay, Ricardo. 1992. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Unicamp.

Brasil. 2006. *Lei 11.326, de 26 de julho de 2006*. Brasília: Presidência da República.

Caldart, Roseli Salete. 2012. "Educação do Campo." In *Dicionário da Educação do Campo*, edited by Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano, and Gaudêncio Frigotto, 259–67. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

- Castro, Antônio Maria Gomes, Suzana Maria Valle Lima, Eduardo Paulo de Moraes Sarmento, and Luis Fernando Vieira. 2013. *Juventude Rural, Agricultura Familiar e Políticas de Acesso à Terra no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Coelho-de-Souza, Gabriela, Loyvana Peruchi, and Rumi Kubo. 2013. *Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí*. Porto Alegre: Via Sapiens.
- Conterato, Marcelo Antonio. 2008. "Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: Uma Análise a Partir do Rio Grande do Sul." Doctoral dissertation. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Damasceno, Maria Nobre, and Bernadete Beserra. 2004. "Estudos sobre Educação Rural no Brasil: Estado da Arte e Perspectivas." *Educação e Pesquisa* 1 (30): 73–89. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100005>.
- Farion, Sônia R. L., Tânia Marques Strohaecker, and Nina S. V. M. Fujimoto. 2005. "Contribuição para o Programa de Manejo da Interação Praia-Duna para o Município de Tramandaí-RS." In *Anais do II Congresso Brasileiro de Oceanografia, Vitória, 2005*, 103–109. Vitória: Tec Art Editora.
- Feix, Rodrigo Daniel, and Sérgio Leusin Júnior. 2019. *Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul 2019*. Porto Alegre: SEPLAG.
- Ferreira, Brancolina, and Fábio Alves. 2009. "Juventude Rural: Alguns Impasses e Sua Importância para a Agricultura Familiar." In *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*, edited by Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, and Carla Coelho de Andrade, 243–58. Brasília: Ipea.
- Foguesatto, Cristian Rogério, Adriano Lago, Rosani Marisa Spanevello, Tanice Andreatta, and Sibebe Vasconcelos de Oliveira. 2016. "A Sucessão Geracional na Agricultura Familiar sob a Ótica dos Jovens Migrantes." Paper presented at 7<sup>o</sup> Encontro de Economia Gaúcha, Maio 15-16, Porto Alegre, 2016. [https://www.pucrs.br/face-prov/wp-content/uploads/sites/6/2016/03/A\\_SUCESSO\\_C3O\\_GERACIONAL\\_NA\\_AGRICULTURA.pdf](https://www.pucrs.br/face-prov/wp-content/uploads/sites/6/2016/03/A_SUCESSO_C3O_GERACIONAL_NA_AGRICULTURA.pdf).
- França, Caio Galvão, Mauro Eduardo Del Grossi, and Vicente P. M. de Azevedo. 2009. *O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil*. Brasília: MDA.
- Guilhoto, Joaquim J. M., and Umberto Antonio Sesso Filho. 2005. "Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais." *Economia Aplicada* 9 (1): 1–23. <https://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/Methodologia-guilhoto-cesso-EA-2005.pdf>.
- Guilhoto, Joaquim J. M., Fernando G. Silveira, Silvio M. Ichihara, and Carlos R. Azzoni. 2006. "A Importância do Agronegócio Familiar no Brasil." *Revista de Economia e Sociologia Rural* 44 (3): 355–82. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032006000300002>.
- Haas, Jaqueline Mallmann, and Jairo Alfredo Genz Bolter. 2019. "Debatendo sobre Gestão e Planejamento na Assistência Técnica e Extensão Rural: Um Olhar sobre o Litoral Norte Gaúcho." Paper presented at XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Maio 27-31, Natal, 2019. <https://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=263>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. *Censo Agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. *Censo Demográfico 2010: Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. *Censo Demográfico 2020*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Laurenzi, Lucinéia. 2015. "A Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen – RS e a Produção e Reprodução Local e Regional a Partir dos Seus Egressos: Um Estudo de Caso." Master's thesis. Universidade Federal de Santa Maria.
- Kummer, Rodrigo, and Silvio Antônio Colognese. 2000. "Juventude Rural no Brasil: Entre Ficar e Partir." *Tempo da Ciência* 20 (39): 201–20. <https://doi.org/10.48075/rtc.v20i39.9817>.
- Machado, Ilma Ferreira. 2009. "Um Projeto Político-Pedagógico para a Escola do Campo." *Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional* 4 (8): 191–219. <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1911/1631>.
- Matte, Alessandra, Rosani Marisa Spanevello, and Leticia Fátima de Azevedo. 2009. "A Reprodução Social na Agricultura Familiar: A Saída dos Filhos e o Encaminhamento do Patrimônio entre Agricultores sem Sucessores." Paper presented at the 48<sup>o</sup> Congresso Sober: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Campo Grande, Julho 25-28, 2009. <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/extensao/artigos/A%20REPRODUCAO%20SOCIAL%20NA%20AGRICULTURA%20FAMILIAR%20A%20SAIDA%20DOS%20FILHOS%20E%20O%20ENCAMINHAMENTO%20DO%20PATRIMONIO%20ENTRE%20AGRICULTORES%20SEM%20SUCESSORES.pdf>.
- Molina, Mônica Castagna. 2010. *Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para Reflexão*. Brasília: MDA.
- Oliveira, Lia Maria Teixeira, and Marília Campos. 2012. "Educação Básica do Campo." In *Dicionário da Educação do Campo*, edited by Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano, and Gaudêncio Frigotto, 239–46. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.
- Pandolfo, Graziela Castro. 2012. "Escola e Família: A Socialização dos Jovens Agricultores Familiares." Master's thesis. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Pozzebon, Adair. 2015. "A Inserção Socioprofissional dos Jovens Egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul no Vale do Rio Pardo, RS: Uma Contribuição para o Desenvolvimento Rural." Master's thesis. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Rio Grande do Sul. 2008. *Parecer n. 133/2008*. Porto Alegre: Comissão de Ensino Médio e Educação Superior.
- Rio Grande do Sul. 2015. *Perfil Socioeconômico Corede Litoral*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional.

Schneider, Sérgio, and Abel Cassol. 2017. "Diversidade e Heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil e Algumas Implicações para Políticas Públicas." In *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*, edited by Guilherme Costa Delgado, and Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, 82–107. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Spanevello, Rosane Marisa. 2008. "A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar." Doctoral dissertation. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Stoffel, Janete. 2013. "A Influência da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural da Região Sul do Brasil." Doctoral dissertation. Universidade de Santa Cruz do Sul.

Strohaecker, Tania Marques. 2007. "A Urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: Contribuição para a Gestão Urbana Ambiental do Município de Capão da Canoa." Doctoral dissertation. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tauceda, Karin Cavalcanti, and José Cláudio del Pino. 2014. "Processos Cognitivos e Epistemologias da Teoria dos Campos Conceituais de Gérard Vergnaud, do Ensino Narrativo e do Aprender a Aprender." *Ciência & Cognição* 19 (2): 256–66. <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/930>.

Tauceda, Karin Cavalcanti, Jairo Alfredo Genz Bolter, Jaqueline Mallmann Haas, Jonas José Seminotti, and Roniere dos Santos Fenner. 2016. "A Educação do Campo no Contexto de Desenvolvimento do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul." *Margens* 10 (15): 71–84. <http://hdl.handle.net/10183/222170>.

Teixeira, Jodenir Calixto. 2005. "Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais." *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas* 1 (2) 21–42. <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339>.

Wanderley, Maria de Nazareth. 2001. "Raízes Históricas do Camponato Brasileiro." In *Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas*, edited by João Carlos Tedesco, 23–56. Passo Fundo: UFP.

Weisheimer, Nilson. 2009. "A Situação Juvenil da Agricultura Familiar." Doctoral dissertation. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

---

### Solane Trisch König

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES/UFRGS); graduada em Administração (FACOS).

---

### Jaqueline Mallmann Haas

Docente do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES/UFRGS); mestre e doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); graduada em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS).

---

### Anelise Graciele Rambo

Docente do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS); doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS); mestre em Geografia (UFRGS); graduada em Geografia (UNIJUI).

---

### Janete Stoffel

Docente da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS); doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC). Mestre em Políticas e Projetos de Desenvolvimento (UNIJUI); graduada em Ciências Econômicas (UNIJUI), com especialização *Lato Sensu* em Comércio Exterior.

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo e submetidos para validação da autora antes da publicação.*